

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 61.069 - MT (2019/0167591-3)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
RECORRENTE : ALACIR ANTONIO DA CAS
ADVOGADO : ELIZÂNGELA SANTANA DE OLIVEIRA - MT004654
RECORRIDO : ESTADO DE MATO GROSSO
PROCURADOR : CARLOS ANTONIO PERLIN E OUTRO(S) - MT017040

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. PEDIDO DE LIMINAR. FUMUS BONI IURIS. PERICULUM IN MORA. COMPROVAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. INDEFERIMENTO DO PEDIDO LIMINAR.

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário, com pedido de liminar, interposto por Alacir Antonio da Cas contra acórdão do TJMT, assim ementado (fl. 295):

MANDADO DE SEGURANÇA - SERVIDOR PÚBLICO - CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA APÓS A CF/88 - PREJUDICIAL DE DECADÊNCIA - REJEITADA - RESCISÃO CONTRATUAL - ALMEJADA REINTEGRAÇÃO NO CARGO E DECLARAÇÃO DE ESTABILIDADE - IMPOSSIBILIDADE - VERBETE Nº 2 DA SÚMULA DA JURISPRUDÊNCIA PREDOMINANTE NESTE TRIBUNAL DE JUSTIÇA - AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO - ORDEM DENEGADA.

É entendimento do Supremo Tribunal Federal e deste Tribunal de Justiça (verbo n.º 2 da Súmula da Jurisprudência Predominante no Tribunal de Justiça de Mato Grosso) que quando se trata de servidor público arrematado sem a aprovação em concurso público e que não se enquadre na hipótese do artigo 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, não há ilegalidade na rescisão do contrato a qualquer tempo.

Embargos de declaração rejeitados.

Em suas razões, o recorrente alega a impossibilidade de rescisão do contrato de trabalho de servidor temporário, contratado a título precário, sem o prévio procedimento administrativo, sob pena de ofensa aos princípios do contraditório e da ampla defesa.

Aduz que foi admitido pelo Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso, mediante o Ato n. 315/2004/CM, de 14/12/2004, pelo prazo de 6 (seis) meses, com efeitos retroativos a 26/11/2004, para exercer o cargo de Agente Judiciário na Comarca de Paranaíta/MT. Assevera que o contrato foi renovado inúmeras vezes, se prolongando por mais de 9 (nove) anos, até o desligamento ocorrido em 22/12/2013, por força da rescisão contratual publicada em 3/1/2014 (ato n. 1.479/2013/DRH), sendo que nesse ínterim foi enquadrado como Técnico Judiciário.

Pugna pelo conhecimento e provimento do recurso, a fim de seja instaurado o devido processo legal para sanar o vício existente, tendo em vista que apenas sobreveio ato rescisório sem qualquer conteúdo decisório ou oportunidade para exercer o contraditório e a ampla defesa. No mérito, pretende seja reintegrado ao cargo de Técnico Judiciário do TJMT, bem como seja declarada a sua estabilidade extraordinária.

Por fim, requer seja o presente recurso recebido no efeito suspensivo, em razão da ausência de motivação, tampouco de instauração de processo administrativo válido,

além de se tratar de verba alimentícia e não poder ficar sujeito à demora do Judiciário. Requer, ainda, a concessão dos benefícios da gratuidade de justiça, nos termos do art. 98 do CPC/2015.

Às fls. 150-158, foi deferido o pedido liminar determinando a suspensão do ato n. 1.479/2013/DRH e a reintegração do recorrente, até o julgamento definitivo do presente *writ*. Tendo sido cassada, em virtude da denegação da segurança pelo Tribunal de origem.

É o relatório. Decido.

A concessão de liminar em sede de recurso em mandado de segurança demanda a demonstração inequívoca e concomitante da verossimilhança do direito pleiteado, que se traduz na possibilidade de êxito do recurso, e o risco de dano grave ou de difícil reparação ao direito deduzido no *writ*, caso a ordem seja concedida apenas ao final.

Na hipótese dos autos, não se evidencia, nesse juízo preliminar, a probabilidade de êxito do recurso ordinário, consubstanciada na ilegalidade ou abuso de poder do ato tido como coator, caracterizado pela rescisão do contrato de trabalho de servidor temporário, contratado a título precário, sem o prévio procedimento administrativo, mormente porque, consoante assentado pelo acórdão recorrido, o STJ tem reiteradamente decidido no sentido de que ante a precariedade do ato de designação para o exercício de função pública, revela-se legítima a dispensa *ad nutum* do servidor, sendo desnecessária a instauração de processo administrativo com essa finalidade. (AgInt no REsp 1.388.644/MT, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 7/12/2018; AgInt no RMS 38.504/MG, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, Rel. p/ Acórdão Min. Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 19/4/2017; RMS 44.341/PB, Rel. Min. Og Fernandes, Segunda Turma, DJe 3/12/2013).

Por outro lado, não foi demonstrada pelo recorrente a existência do risco de dano grave ou de difícil reparação, caso a pretensão venha a ser acolhida somente ao final.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar. Defiro o pedido de gratuidade de justiça, nos termos do artigo 98 e seguintes do CPC/2015.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de junho de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Relator